



**PODER JUDICIÁRIO**  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO  
8ª CÂMARA CÍVEL

68/B

066

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0177291-2

APELANTE(S): Estado de Pernambuco e FUNAPE - Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco

APELADO: José Fernando de Souza Santos

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

**EMENTA:** CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR MILITAR. REFORMA POR INCAPACIDADE FÍSICA DEFINITIVA. PLEITO DE PERCEPÇÃO DOS PROVENTOS DO GRAU HIERÁRQUICO SUPERIOR, NOS TERMOS DOS ARTIGOS 83, § 1º, II, DA LEI Nº 10.426/90 E 98, § 2º, "B", DA LEI Nº 6.783/74. INCABIMENTO. NORMAS TACITAMENTE REVOGADAS COM O ADVENTO DA ECE Nº 16/99. INCIDÊNCIA DO ART. 21, § 2º, DA LC Nº 59/2004. INTENÇÃO NÍTIDA DO LEGISLADOR DE UNIFICAR O TRATAMENTO PARA OS INATIVOS. REEXAME NECESSÁRIO PARCIALMENTE PROVIDO. **1.** Sustenta o apelado, policial militar reformado por incapacidade física definitiva, ter direito à percepção dos proventos do grau hierárquico superior (qual seja o de "Segundo-Tenente PM"). **2.** Ocorre que com o advento da ECE nº 16/99, restaram tacitamente revogados os dispositivos legais que autorizavam os servidores públicos militares a perceberem, na inatividade, valores remuneratórios em patamares maiores do que os auferidos quando estavam em atividade, a exemplo dos artigos 83, § 1º, II, da Lei nº 10.426/90 e 98, § 2º, "b", da Lei nº 6.783/74. **3.** Com efeito, a ECE nº 16/99 buscou harmonizar a Constituição Estadual aos ditames da Constituição Federal, após a introdução no ordenamento jurídico das Emendas Constitucionais de nºs 19 e 20, de 98. **4.** Por outro lado, considerando que a relação do recorrido com o Estado é de trato sucessivo, e como tal suscetível de receber a influência dos atos normativos supervenientes, impende se considerar o disposto no art. 21, § 2º, da LC nº 59/2004, que assegura aos militares transferidos para a inatividade no mesmo posto ou graduação da ativa a percepção dos proventos do posto ou grau hierárquico imediatamente superior. **5.** Registre-se, por oportuno, que a intenção nítida do legislador foi a de beneficiar todos os militares, unificando o tratamento para os inativos. **6.** Nessa ordem de idéias, o autor/apelado (então "Terceiro-Sargento PM"), reformado através da Portaria DPE nº 194/2003, tem direito à percepção dos proventos com base no soldo do posto ou graduação imediatamente superior ao que ocupava na ativa (qual seja o de "Segundo Tenente PM"), em conformidade com o artigo 21, § 2º, da LC nº 59/2004 e atendendo-se ao escalonamento constante do Anexo I-A, da referida Lei Complementar Estadual, cujos reflexos financeiros operam-se a partir da sua publicação em 06.07.04. **7.** Reexame necessário parcialmente provido, prejudicado o apelo voluntário.

P.  
576

13

AC 0177291-2

067/ 69P

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos da Apelação Cível/Reexame Necessário nº 0177291-2, acima referenciado, acordam os Desembargadores integrantes da 8ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, à unanimidade, em dar provimento parcial ao reexame necessário, prejudicado o apelo voluntário, nos termos dos votos do Relator e do Revisor, que integram o acórdão.

Recife, 10 de dezembro de 2009 (data do julgamento).

  
**Des. Francisco Bandeira de Mello**  
Relator



**PODER JUDICIÁRIO**  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO  
8ª CÂMARA CÍVEL

068

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0177291-2

APELANTE(S): Estado de Pernambuco e FUNAPE – Fundação de aposentadorias e pensões dos servidores do Estado de Pernambuco

APELADO: José Fernando de Souza Santos

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

**RELATÓRIO**

Trata-se de **reexame necessário e apelação cível** interposta em face de sentença que **julgou procedente** a ação ordinária proposta por José Fernando de Souza Santos contra o Estado de Pernambuco e a FUNAPE – Fundação de aposentadorias e pensões dos servidores do Estado de Pernambuco, objetivando a revisão de seus proventos com base no grau hierárquico imediatamente superior, qual seja o de “Segundo Tenente PM”, com efeitos financeiros a partir de 21/03/2001.

Aduziu o autor, ora apelado, em apertada síntese, ter sido reformado por invalidez definitiva, consoante atestou o laudo da Junta Médica da Polícia Militar de Pernambuco às fls. 08.

Ainda, que os seus proventos não foram fixados em valor correspondente ao grau hierárquico imediatamente superior, violando a previsão do art. 83, § 1º, inciso II, da Lei nº 10.426/90 c/c art. 98, § 2º, letra “b”, da Lei nº 6.783/74.

Em sede de contestação, a parte ré suscitou a preliminar de impossibilidade jurídica do pedido, e, no mérito, alegou, em suma, que a incapacidade definitiva do autor não possui nexo causalidade com as atividades exercidas na corporação (fls. 22/25).

O Ministério Público de 1º grau opinou pela procedência do pedido.

A sentença *a quo* julgou procedente o pedido, com fundamento no art. 21, § 2º, da LC nº 59/2004.

O Estado de Pernambuco e a FUNAPE interpuseram apelação, reiterando os termos da contestação. Ademais, alegaram que a pretensão do autor encontra-se vedada pelo art. 100, § 13º, da CE, com a redação dada pela Emenda Constitucional Estadual nº 16/99.

A douta procuradoria com atuação neste Tribunal opinou pelo improvimento do reexame necessário, quedando prejudicado o apelo voluntário.



**PODER JUDICIÁRIO**  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO  
8ª CÂMARA CÍVEL

069

É o relatório no essencial.

Cuide a Diretoria Cível de corrigir a numeração dos autos a partir da folha seguinte à fl. 36.

Em seguida, encaminhem-se os autos à douta revisão para oportuna inclusão em pauta.

Recife, 07 de outubro de 2009.

  
**Des. Francisco Bandeira de Mello**  
Relator



**PODER JUDICIÁRIO**  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO  
8ª CÂMARA CÍVEL

703

070

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0177291-2

APELANTE(S): Estado de Pernambuco e FUNAPE – Fundação de aposentadorias e pensões dos servidores do Estado de Pernambuco

APELADO: José Fernando de Souza Santos

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

**VOTO**

Na hipótese dos autos, insurge-se o apelantes contra a sentença que determinou a revisão dos proventos do servidor militar, ora apelado, argumentando que a pretensão do autor encontra-se vedada pelo art. 100, § 13º, da CE, com a redação dada pela Emenda Constitucional Estadual nº 16/99.

Deveras, observo que a inspeção médica que declarou o autor/apelado impossibilitado para toda e qualquer atividade na vida civil e militar foi realizada no ano de 2001 (fls. 08), enquanto vigia a disposição do art. 100, § 13º, da Constituição Estadual, com a redação dada pela ECE nº 16/99.

A Emenda Constitucional Estadual em questão estendeu aos servidores militares as vedações aplicadas aos servidores públicos civis, determinando que os proventos de aposentadoria, por ocasião de sua concessão, não poderiam exceder a remuneração do respectivo servidor (civil ou militar), no cargo efetivo em que se deu o ato de aposentação.

Assim, com o advento da emenda, restaram tacitamente revogados os dispositivos legais que autorizavam os servidores públicos militares a perceberem, na inatividade, valores remuneratórios em patamares maiores do que os auferidos quando estavam em atividade, a exemplo do art. 83, § 1º e incisos, da Lei nº 10.426/90, *in verbis*:

Art. 83 .....

**§ 1º O servidor militar terá os seus proventos calculados com base no soldo correspondente ao grau hierárquico, que na forma da lei, for considerado imediato ao que possuía na ativa, além das vantagens a que fizer jus, quando:**

I- incapacitado pelos motivos constantes do inciso I do “caput”, deste artigo;

II- verificada a incapacidade definitiva, pelos motivos a que se refere o inciso IV do “caput” deste artigo, for o servidor militar, com qualquer tempo de serviço considerado inválido.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO  
8ª CÂMARA CÍVEL

21/3  
07/1

Posteriormente, com a edição da Emenda Constitucional Estadual nº 24/2005, restou revogada - no que tange aos servidores militares -, a vedação expressa então constante do art. 171, §§ 2º e 3º, da CE.

Impende, no ponto, registrar a inviabilidade da repristinação do dispositivo da Lei Estadual nº 10.426/90 (tacitamente revogado), em decorrência das alterações advindas com a ECE nº 24/05, motivo pelo qual é inaplicável aquela disciplina legal, tal como pretendido pelo autor.

Na seqüência, e tendo em conta que a relação jurídica de fundo é de trato sucessivo, e como tal suscetível de receber a influência dos atos normativos supervenientes, impende considerar os termos da Lei Complementar nº 59 de 05 de julho de 2004, que dispõe, *in litteris*:

*Art. 21. Fica **assegurada** aos militares da ativa, quando de sua passagem à reserva remunerada ou reforma, a **percepção da remuneração** correspondente ao **posto ou graduação imediatamente superior** ao que ocupava em atividade, a título de promoção.*

*§ 2º - Aos militares que, até a data da presente Lei, tenham sido reformados ou transferidos para a reserva remunerada no mesmo posto ou graduação que ocupavam em atividade, aplica-se o disposto neste artigo, com reflexos financeiros contados a partir da publicação desta Lei.*

Da leitura de tal dispositivo, observo que a remuneração correspondente à graduação imediatamente superior é concedida aos militares, por ocasião da sua aposentadoria, **a título de promoção**, sendo também devida aos militares já reformados, até a data da publicação da Lei Complementar, nos termos do seu § 2º, em homenagem ao princípio constitucional da isonomia.

Nessa ordem de idéias, verifico que o autor/apelado, reformado através da Portaria DPE nº 194 de 12 de fevereiro de 2003 (fls. 10), tem direito à percepção de remuneração com base no soldo do posto ou graduação imediatamente superior ao que ocupava na ativa, em conformidade com o artigo 21, § 2º, da LC nº 59/2004.

Ainda, em conformidade com o artigo 21, § 2º, da Lei Complementar nº 59, os reflexos financeiros devem se operar a partir da publicação da referida lei no diário oficial, **em 06/07/2004**, sendo compensados, em sede de



**PODER JUDICIÁRIO**  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO  
8ª CÂMARA CÍVEL

723

072

liquidação, os pagamentos feitos *sponte própria* pela Administração, por conta daquele diploma legal.

Ante o exposto, **dou provimento parcial** ao **reexame necessário**, prejudicado o apelo voluntário, em ordem a julgar parcialmente procedente o pedido, a fim de que o autor perceba a remuneração do grau hierárquico imediatamente superior ao posto que ocupava na ativa, porém em conformidade com o art. 21, § 2º, da LC nº 59/2004, operando-se os reflexos financeiros a partir da publicação do referido diploma legal, ou seja, a partir de 06.07.2004.

É como voto.

Recife, 10 de dezembro de 2009.

  
**Des. Francisco Bandeira de Mello**  
Relator



73 B  
073

**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães  
**OITAVA CÂMARA CÍVEL**

**Reexame Necessário e Apelação Cível nº 0177291-2**

**Remetente:** Juiz da 4ª Vara da Fazenda Pública

**Apelante:** Estado de Pernambuco e FUNAPE

**Apelado:** José Fernando de Souza Santos

**VOTO DE REVISÃO**

Os dispositivos legais, que autorizavam o cálculo dos proventos dos servidores militares em patamares superiores à remuneração percebida pelos mesmos quando na atividade restaram tacitamente revogados com o advento da ECE nº 16, de 04 de junho de 1999.

A sobredita emenda, ao alterar os artigos 100, §13º e 171, §§ 2º e 3º da Constituição do Estado de Pernambuco, estendeu aos servidores militares as vedações aplicadas aos servidores públicos civis, determinando que os proventos de aposentadoria e as pensões, por ocasião de sua concessão, não poderiam exceder a remuneração do respectivo servidor, no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria ou serviu de referência para a concessão de pensão (art. 171, §2º, da CE/89).

É cediço que a emenda estadual em questão buscou harmonizar a Constituição Estadual com as alterações promovidas pela Emenda Constitucional nº 20/98 na Carta da República, a qual, disciplinando o regime previdenciário dos servidores civis e militares, estabeleceu, dentre outras regras, a de que os servidores públicos não poderiam aposentar-se com proventos superiores aos percebidos na ativa (redação dada ao art. 40, §2º, da CF/88).

Cabe esclarecer, que a ECE nº 24/05 deu nova redação ao §13 da art. 100 da CE/89, desta vez excluindo o regime dos servidores militares da vedação constante do art. 171, §§ 2º e 3º, contudo, tendo em vista que o ordenamento jurídico pátrio elide a possibilidade de repristinação implícita, o que significa dizer que a revogação de uma norma não opera a automática restauração de norma anteriormente

Avenida Martins de Barros, nº 593, 2º andar, Santo Antonio, Recife/PE  
CEP: 50.010.230 – Fone: (081) 3419-3726.





74 B  
074

**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães  
**OITAVA CÂMARA CÍVEL**

revogada, não se pode considerar que as disposições contidas nas leis nº 6.783/74 e 10.426/90 voltaram a produzir efeitos a partir do advento da ECE nº 24/05.

Por outro lado, observando que a relação jurídica de fundo, por ser trato sucessivo, afigura-se suscetível de receber a influência dos atos normativos supervenientes, entendo oportuno considerar os termos da Lei Complementar Estadual nº 59, de 05 de julho de 2004, que em seu art. 21 e respectivo parágrafo 2º estabelece os seguintes comandos:

Art. 21 Fica assegurada aos militares da ativa, quando de sua passagem à reserva remunerada ou reforma, a percepção da remuneração correspondente ao posto ou graduação imediatamente superior ao que ocupava em atividade, a título de promoção.

**§ 2º Aos militares que, até a data da presente Lei, tenham sido reformados ou transferidos para a reserva remunerada no mesmo posto ou graduação que ocupavam em atividade, aplica-se o disposto neste artigo, com reflexos financeiros contados a partir da publicação desta Lei.**

Depreende dos autos que o apelado, ocupante do grau hierárquico de Soldado/PM, foi transferido para a inatividade no mesmo posto ocupado quando na ativa, como demonstra o documento de fl. 19, razão pela qual faz jus ao benefício previsto no sobredito art. 21, *caput*, da LC nº 59/04.

Com efeito, de acordo com o escalonamento previsto no anexo I-A da referida Lei Complementar Estadual, a graduação imediatamente superior ao posto de Soldado/PM é a de Cabo/PM, pelo que também se reputa perfeita a sentença recorrida no ponto em que, com supedâneo no art. 21, § 2º, e anexo I-A, da LC nº 59/04, assegura ao autor o direito de perceber a remuneração do grau hierárquico imediatamente superior ao posto que ocupava na ativa, com os reflexos financeiros contados a partir da publicação da citada Lei Complementar, ou seja, a partir de 06.07.2004.

Neste sentido, a jurisprudência desta Corte de Justiça, senão vejamos:

Avenida Martins de Barros, nº 593, 2º andar, Santo Antonio, Recife/PE  
CEP: 50.010.230 – Fone: (081) 3419-3726.

Jipg – RN e AC 1777291-2





75B  
075

**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
**OITAVA CÂMARA CÍVEL**

SERVIDOR PÚBLICO MILITAR. PROVENTOS DE GRAU HIERÁRQUICO IMEDIATAMENTE SUPERIOR. APELO PARCIALMENTE PROVIDO À UNANIMIDADE. 1-O demandante não possui direito à percepção dos proventos de Terceiro Sargento PM, haja vista não ter sido reformado por invalidez, e nem tampouco haver comprovado tal condição à época de sua passagem para a inatividade. Por outro lado, a Lei Complementar Estadual nº 59/04 garante a percepção dos proventos de Cabo PM, graduação que passou a ser considerada a imediatamente superior à de Soldado PM. 2-Apele parcialmente provido à unanimidade (AC 168380-5, Rel. Des. Luiz Carlos Figueirêdo, 7ª Câmara Cível, DJ 9/9/2008).

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. ILEGITIMIDADE PASSIVA REJEITADA. REFORMA DE POLICIAL MILITAR. LEI ESTADUAL Nº 10.426/1990. SERVIDOR CONSIDERADO INCAPAZ PARA A VIDA MILITAR E CAPAZ PARA A VIDA CIVIL. AGRAVAMENTO POSTERIOR DA DOENÇA INCAPACITANTE. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL PARA A RETIFICAÇÃO MOVIDA POR TAL CONDIÇÃO. AUSÊNCIA DE DIREITO QUANDO DO AJUIZAMENTO DA AÇÃO. OCORRÊNCIA DE FATO CONSTITUTIVO DO DIREITO POSTULADO. LCE Nº 59/2004 E ASSIM ASSEGURADO A CONTAR DE SUA VIGÊNCIA. IMPOSSIBILIDADE DE CONDENÇÃO EM VERBA HONORÁRIA NÃO ASSEGURADA NA SENTENÇA E NÃO POSTULADA EM RECURSO DA PARTE. SENTENÇA REFORMADA. REEXAME NECESSÁRIO PARCIALMENTE PROVIDO. APELO PREJUDICADO. DECISÃO UNÂNIME. 1 - A prova dos autos, conduz a rejeição da preliminar de ilegitimidade passiva ad causam, suscitada pelo apelante. 2 - O pedido de retificação do ato de reforma, por agravamento da doença que vitima o apelado, não encontra amparo na lei estadual vigente; 3 - A reforma do apelado, se firma nos rigores da Lei Estadual nº 10.426/1990, diante da conclusão do laudo pericial que o descreve como incapacitado para a vida militar e capaz para a vida civil; 4 - Por força do art. 462, do CPC - presença de fato superveniente constitutivo do direito pretendido, cabe o acolhimento do postulado - satisfação dos proventos no valor da remuneração do posto (Cabo-PM) imediatamente superior ao ocupado em atividade (Soldado-PM), ante ser ele assegurado aos policiais reformados pela LCE nº 59/2004 e a partir da sua vigência (06.07.2004). 5 - Impossibilidade de acolhimento de pedido de condenação em verba honorária, formulado na contrariedade recursal. 6 - Sentença confirmada para ser assegurado o direito disciplinado pela LCE nº 59/2004 e reformada em seus demais termos. 7 - Reexame necessário provido em parte e apelo prejudicado. 8 - Decisão unânime (AC 152020-7, Rel. Des. Fernando Cerqueira, 7ª Câmara Cível, DJ 14/8/2007).

Por estas razões, dou provimento parcial ao reexame necessário, prejudicado o voluntário, julgando procedente o pedido para

Avenida Martins de Barros, nº 593, 2º andar, Santo Antonio, Recife/PE  
CEP: 50.010.230 - Fone: (081) 3419-3726.



Poder Judiciário  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães  
**OITAVA CÂMARA CÍVEL**

que o autor perceba a remuneração no grau hierárquico imediatamente superior, em conformidade com a Lei Complementar 59/2004, cujo reflexos financeiros opera-se a partir 06.07.2004.

Este é o voto.

Recife, 10 de

12 de 2007

**Des. José Ivo de Paula Guimarães**

**Revisor**